

12. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O empreendimento, objeto do Relatório de Impacto Ambiental refere-se à implantação de um loteamento/condomínio Residencial Multifamiliar em Flecheiras, município de Trairi, estado do Ceará.

O projeto foi desenvolvido em observância a Lei Federal Nº 6.766/79 e Lei Nº 9.785/99 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e de acordo com as diretrizes da Prefeitura Municipal de Trairi, tanto no aspecto urbanístico como ambiental. Além destas, foi feita uma revisão na legislação pertinente visando à adequação do empreendimento as normas ambientais e vigor, tanto a nível federal, como estadual e municipal.

O planejamento urbanístico preliminar da ocupação da área tem por base uma consulta prévia à Prefeitura Municipal de Trairi, bem como uma revisão à legislação ambiental pertinente.

A área do empreendimento abrange uma superfície total de 970.364,00 m² e compreende uma área contígua, em ambiente onde predomina a Planície de Deflação (60,55%) e os campos de dunas (fixas e móveis - 39,45%). A planta planialtimétrica do terreno é apresentada no Volume Anexos.

De acordo com o Memorial Descritivo do Projeto, a taxa de ocupação da área total do projeto será de 36,69% e o de sistema viário ocupará 6,05% da área.

A justificativa locacional para o empreendimento na área contemplada prende-se aos seguintes aspectos:

- ❖ Aspectos paisagísticos e ecológicos do ambiente de entorno;
- ❖ Disponibilidade de terreno;
- ❖ Boa localização geográfica com relação à faixa litorânea do município de Trairi;
- ❖ Boas condições geotécnicas do terreno com vistas a instalação de residências e outros equipamentos urbanos;
- ❖ Vantagens econômicas;

- ❖ Perspectivas de desenvolvimento da região, com o crescimento turístico;
- ❖ Facilidade de implantação de infraestrutura.

Foram considerados os seguintes elementos para o desenvolvimento do projeto:

- ❖ O respeito ao meio ambiente;
- ❖ Implantação de infraestruturas especializadas;
- ❖ Contemplação dos princípios de sustentabilidade;
- ❖ Implantação de equipamentos podendo utilizar mão-de-obra local, gerando assim mais emprego para população do local.

A análise de impactos ambientais na área de influência funcional do projeto de implantação e operação do empreendimento contempla 117 impactos ambientais, na qual os impactos identificados ou previsíveis para a área de influência funcional do empreendimento, 67 (ou 57,26%) são de caráter benéfico, enquanto 50 (ou 42,74%) são de caráter adverso.

É importante esclarecer que nos resultados previstos na avaliação dos impactos ambientais do projeto não foram incluídas as medidas mitigadoras, considerando que durante as ações de implantação e operação do projeto serão adotadas as diversas normas estabelecidas para execução da obra e funcionamento do empreendimento.

A adoção de medidas mitigadoras e de planos e programas de controle e monitoramento dos impactos, coerentes com a realidade e o tamanho do projeto, contribuirão bastante para minimizar os efeitos adversos e maximizar os efeitos benéficos, podendo o empreendimento conviver em plena harmonia com o sistema ambiental (área de influência funcional) que o comporta.

Com o empreendimento, a Área de Influência Direta sofrerá alterações em vários parâmetros físicos e biológicos, mas em grande parte de pequena magnitude e de curta duração. Entretanto, os efeitos

benéficos gerados compensarão as adversidades, pois refletirão sobre a Área de Influência Indireta, auxiliando no crescimento dos setores produtivos locais e, conseqüentemente, no crescimento do estado e do município de Trairi.

Conclui-se, portanto, que o empreendimento é viável em termos legais, técnico-ambientais e econômicos desde que sejam observadas as seguintes condições:

- ❖ Executar os projetos conforme o apresentado para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA);
- ❖ Informar para a SEMACE, qualquer alteração no projeto original;
- ❖ Adotar as medidas mitigadoras propostas para cada ação do empreendimento;
- ❖ Implementar os Planos de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos Ambientais;
- ❖ Cumprir rigorosamente o que determina a legislação ambiental vigente nos âmbitos municipal, estadual e federal.